



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSAGEM FRANCA DO PIAUÍ
CNPJ Nº 41.522.186/0001-26 - CEP 64395-000

ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE PASSAGEM FRANCA DO PIAUÍ

**LEI Nº 68
DE 08 DE JULHO DE 2008**



ÍNDICE

TÍTULO I	Artigo(s)
Capítulo Único – Das Disposições Preliminares	1º a 4º
TÍTULO II – Do Provimento, Vagância, Remoção, Redistribuição e Substituição	
Capítulo I -Do Provimento	
Seção I -Disposição Gerais	5º a 8º
Seção II - Da Nomeação	9º a 10
Seção III - Do Concurso Público	11 a 12
Seção IV - Da Posse e Do Exercício	13 a 19
Seção V - Da Estabilidade	20 a 21
Seção VI - Da Readaptação	22
Seção VII - Da Reversão	23 a 24
Seção VIII - Da Reintegração	25
Seção IX - Da Recondução	26
Seção X - Da Disponibilidade e Do Aproveitamento	27 a 28
Capítulo II - Da Vagância	29 a 31
Capítulo III - Da Remoção, Da Redistribuição e Da Substituição	
Seção I - Da Remoção	32
Seção II - Da Redistribuição	33
Seção III - Da Substituição	34
TÍTULO III - Dos Direitos e Vantagens	
Capítulo I - Do Vencimento e Da Remuneração	35 a 43
Capítulo II - Das Vantagens	44 a 45
Seção I - Das indenizações	46 a 47
Subseção I - Das Diárias	48 a 49
Subseção II - Da Indenização de Transportes	50
Seção II - Das Gratificações e Adicionais	51
Subseção I - Da Gratificação Pelo Exercício de Função de Direção, Chefia, ou Assessoramento	52
Subseção II - Da Gratificação Natalina	53 a 55
Subseção III - Do Adicional Por Tempo de Serviço	56
Subseção IV - Dos Adicionais de Insalubridade ou Atividades Penosas	57 a 59
Subseção V - Do Adicional Por Tempo de Serviço Extraordinário	60
Subseção VI - Do adicional Noturno	61
Subseção VII- Do Adicional de Férias	62
Capítulo III - Das Férias	63 a 64
Capítulo IV - Das Licenças	
Seção I - Disposições Gerais	65
Seção II - Da Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família	66
Seção III - Da Licença Por Motivo de Afastamento do Cônjuge	67



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSAGEM FRANCA DO PIAUÍ
CNPJ Nº 41.522.186/0001-26 - CEP 64395-000

Seção IV	- Da Licença Para Serviço Militar	68
Seção V	- Da Licença Para Atividade Política	69
Seção VI	- Da Licença-Prêmio Por Assiduidade	70 a 72
Seção VII	- Da Licença Para Tratar de Assuntos Particulares	73
Seção VIII	- Da Licença Para o Desempenho de Mandato Classista	74
Capítulo V	- Dos Afastamentos	75 a 77
Capítulo VI	- Das Concessões	78 a 79
Capítulo VII	- Do Tempo de Serviço	80 a 82
Capítulo VIII	- Do Direito de Petição	83 a 91
TÍTULO IV	- Do Regime Disciplinar	
Capítulo I	- Dos Deveres	92
Capítulo II	- Das Proibições	93
Capítulo III	- Da Acumulação	94 a 96
Capítulo IV	- Das Responsabilidades	97 a 100
Capítulo V	- Das Penalidades	101 a 106
TÍTULO V	- Do Processo Administrativo Disciplinar	
Capítulo I	- Disposições Gerais	117 a 120
Capítulo II	- Do Afastamento Preventivo	121
Capítulo III	- Do Processo Disciplinar	122 a 126
Seção I	- Do Inquérito	127 a 140
Seção II	- Do Julgamento	141 a 147
Seção III	- Da Revisão do Processo	148 a 152
TÍTULO VI		
Capítulo Único	- Da Contratação Temporária de Excepcional Interesse Público	153 a 156
TÍTULO VII		
Capítulo Único	- Das Disposições Gerais e Transitórias	157 a 162



ALGUNS QUESTIONAMENTO SOBRE O REGIME ESTATUTÁRIO

O que é?

O Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Passagem Franca do Piauí – PI será instituído através da Lei Complementar. Estabelece o novo regime jurídico dos funcionários. É a lei que rege todos os direitos dos servidores, bem como sua relação trabalhista com a Prefeitura, não mais baseada na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

Qual o motivo da mudança?

A mudança de regime é feita para garantir a estabilidade de emprego ao servidor admitido por concurso público. O servidor concursado vinha sendo regido pela CLT, e ao contrário do que as pessoas imaginam, o regime celetista não dá estabilidade ao funcionário. Daí a necessidade de se fazer um regime estatutário, que só vale ao servidor concursado.

Quais os benefícios /vantagens adquiridos?

Os principais São:

- Direito ao quinquênio (reajuste salarial de 5% a cada cinco anos);
- Direito de afastamento remunerado para tratamento de saúde próprio ou de parente, direto, por 30 dias, renováveis em até 90 dias.
- Possibilidade para professores poderem fechar a carga horária mínima semanal, de 40 horas, em um único estabelecimento de ensino municipal (hoje, professores regidos pela CLT têm um teto de 6 horas/aula por escola, o que os obriga a manter aulas em outras unidades para atingir as 40 horas semanais).

O servidor pode não concordar com a mudança?

Não há ao servidor o direito à escolha do regime jurídico.

Haverá Plano de Demissão Voluntária?

Não.

Haverá demissão e readmissão para troca de regime?

Não.

Haverá direito aos 40%(multa rescisória do FGTS)?

Não, pois não haverá perda de vínculo empregatício na migração do regime celetista ao estatutário.



Como será a contratação de professores, diretores e coordenadores?

Da mesma forma que ocorre hoje: por concurso público ou nomeação (cargo de comissão) .

Na mudança de Prefeito o estatuto pode ser revogado?

O Estatuto pode ser revogado a qualquer tempo, por qualquer prefeito.

Os mais antigos, que ingressaram sem concurso, entrarão no novo regime?

Sim.

Haverá concurso para normalizar e/ou igualar a situação de todos?

Não - esta prática é considerada inconstitucional.

O adiantamento salarial continuará?

Sim.

Quando teremos acesso ao Estatuto?

Assim que a Lei for publicada.

Os servidores que já estão ocupando cargos em comissão, e que possuem cargo efetivo anterior à edição da Lei, continuarão a desempenhar suas funções atuais ou retornaram aos seus respectivos cargos a fim de cumprir o estágio probatório (de três anos)?

Estes servidores continuarão a desempenhar suas funções atuais, e estão desobrigados ao cumprimento do estágio probatório.

Por que os comissionados não puderam entrar no novo regime de previdência?

A Constituição Federal permite o regime estatutário apenas aos servidores concursados.

Professor aposentado na rede estadual poderá exercer ou continuar exercendo cargo de professor na rede municipal?

Sim.

FGTS

Quando e como será liberado?

Pela lei, são três anos – exceto em casos de resgate para financiamento habitacional. Por outro lado, há forma legal – via mandado de segurança – de se liberar imediatamente o FGTS.



APOSENTADORIA

Qual a idade mínima para concessão?

A mesma do regime geral do INSS.

Professor terá direito à aposentadoria aos 25 anos de trabalho? Se afirmativo, independentemente da idade?

Sim, nos moldes do regime do INSS.

ESTÁGIO PROBATÓRIO

Para todos ou somente para quem ingressar no serviço público após a Lei?

Somente para os concursados.

FÉRIAS

Como será o pagamento?

Da mesma forma.

LICENÇAS

Maternidade – quem pagará?

Nos mesmos moldes da Previdência Social

Auxílio Doença – quem pagará?

Do mesmo modo da Previdência Social

AFASTAMENTO

Como funcionará o afastamento sem vencimentos?

O regime prevê vários tipos de afastamento

ABONO NATALINO

É o 13º salário?

Sim.



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSAGEM FRANCA DO PIAUÍ
CNPJ Nº 41.522.186/0001-26 - CEP 64395-000

LEI Nº 68/2008

de 08 de julho de 2008

PUBLICADO NO D.O.M.
EM, 14 / 07 / 2008.


Servidor

DISPÕE SOBRE O ESTATUTO E REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PASSAGEM FRANCA DO PIAUÍ, ESTADO DO PIAUÍ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PASSAGEM FRANCA DO PIAUÍ – ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições Legais, Faço saber que a Câmara Municipal apreciou, votou e aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

TÍTULO I

CAPÍTULO ÚNICO DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Esta Lei dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Municipais de Passagem Franca.

§ 1º - O regime de que trata a presente Lei é o Estatutário.

§ 2º - O Sistema Previdenciário dos servidores público municipais, será o Regime Geral de Previdência Social, estabelecido pelo Governo Federal, cujas contribuições e benefícios serão vinculadas ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

Art. 2º - Para os efeitos desta Lei Complementar, funcionário é a pessoa legalmente investida em cargo, em função do quadro de pessoal do Serviço Público Municipal.

§ 1º - Cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor dentro da estrutura da administração direta, das autarquias e das fundações públicas municipais.

§ 2º- Os cargos públicos, acessíveis a todos os brasileiros, são criados por lei, com denominação própria e vencimento pago pelos cofres públicos, para provimento em caráter efetivo ou em comissão.

Art. 3º - Os cargos de provimento efetivo da Administração pública municipal direta, autárquica e fundacional são organizadas em carreiras, conforme Legislação Municipal.

Parágrafo Único - As carreiras serão organizadas em classe de cargos observados a escolaridade e a qualificação profissional exigidas, bem como a natureza e complexidade das atribuições a serem exercidas por seus ocupantes.

Art. 4º - É proibida a prestação de serviços gratuitos, salvo os casos previstos em lei.

Art. 5º - São requisitos básicos para a investidura em cargo público:



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSAGEM FRANCA DO PIAUÍ
CNPJ Nº 41.522.186/0001-26 - CEP 64395-000

- I – a nacionalidade brasileira;
- II - o gozo dos direitos políticos;
- III - a quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- IV - o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
- V - a idade mínima de 16 anos;
- VI - aptidão física e mental

§ 1º - As atribuições do cargo podem justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos em lei.

§ 2º - Às pessoas portadoras de deficiências é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para o provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras; para tais pessoas serão reservadas até 10% (dez por cento) das vagas oferecidas no concurso.

§ 3º - Aos servidores maiores de 16 anos e menores de 18 anos deverão ser obedecidas as restrições contidas no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal.

Art. 6º - O provimento dos cargos públicos far-se-á mediante da autoridade competente da cada Poder.

Art. 7º - A investidura em cargo público ocorrerá com a posse.

Art. 8º - São formas de provimento de cargo público:

- I - nomeação
- II - promoção
- III - ascensão
- IV - readaptação
- V - reversão
- VI - aproveitamento
- VII - reintegração
- VIII - recondução

Seção II **Da Nomeação**

Art. 9º - A nomeação far-se-á:

- I – em caráter efetivo, quando se tratar de cargo isolado de provimento efetivo ou de carreira;
- II – em comissão, para cargos de confiança, de livre exoneração.

Art. 10 – A nomeação para cargo de carreira ou cargo isolado de provimento efetivo depende de prévia habilitação em concurso público de provas e títulos, obedecidos a ordem de classificação e o prazo de validade.



Seção III **Do Concurso Público**

Art. 11 – O Concurso será de provas ou de provas e títulos, podendo ser realizado em duas etapas, conforme depuseram a lei e o regulamento do respectivo plano de carreira.

Art. 12 – O concurso público terá validade de até 2 (dois) anos, podendo ser prorrogada uma única vez, por igual período.

§ 1º - O prazo de validade do concurso e as condições de sua realização serão publicados em edital, que será afixado na sede da Prefeitura e na Câmara de Vereadores.

§ 2º - Não se abrirá novo concurso enquanto houver candidato aprovado em concurso anterior com prazo de validade não expirado.

§ 3º - O edital do concurso estabelecerá os requisitos a serem satisfeitos pelos candidatos.

Seção IV **Da Posse e do Exercício**

Art. 13 – A posse dar-se-á pela assinatura do respectivo termo, no qual deverão constar as atribuições, os deveres, as responsabilidades e os direitos inerentes ao cargo ocupado, que não poderão ser alterados unilateralmente, por qualquer das partes, ressalvados os atos de ofício previsto em lei.

§ 1º - A posse ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias contados de publicação do ato de provimento, prorrogável pelo prazo de 30 (trinta) dias, a requerimento do interessado, sob pena do ato de se tornar sem efeito.

§ 2º - Em se tratando de servidor em licença, ou afastado por qualquer outro motivo legal o prazo será contratado do termino de impedimento.

§ 3º - A posse poderá dar-se mediante procuração específica.

§ 4º - Só haverá posse nos casos de provimento de cargo por nomeação e ascensão.

§ 5º - No ato da posse, o servidor apresentara declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública.

Art. 14 – A posse em cargo público dependerá de prévia inspeção medica oficial.

Parágrafo Único – Só poderá ser empossado aquele que for julgado apto física e mentalmente para o exercício do cargo.

Art. 15 – Exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo.



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSAGEM FRANCA DO PIAUÍ
CNPJ Nº 41.522.186/0001-26 - CEP 64395-000

§ 1º - É de 30 (trinta) dias o prazo para o servidor entrar em exercício, contados da data da posse, sob pena de ser exonerado.

§ 2º - A autoridade competente do órgão ou entidade para onde for designado o servidor compete dar-lhe exercício.

Art. 16 – O início, a suspensão, a interrupção e o reinício do exercício serão registrados no assentamento individual do servidor.

Parágrafo Único – Ao entrar em exercício, o servidor apresentara ao órgão competente os elementos necessários ao seu assentamento individual.

Art. 17 – A promoção ou a ascensão não interrompem o tempo de exercício, que é contado no novo posicionamento na carreira a partir da data da publicação do ato que promover ou ascender o servidor.

Art. 18 – O ocupante do cargo de provimento efetivo fica sujeito a 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, salvo quando a lei estabelecer duração diversa.

Art 19 – Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para o cargo de provimento efetivo ficara sujeito a estágio probatório de 36 (trinta e seis) meses, durante o qual sua opinião e capacidade serão objetos de avaliação para o desempenho do cargo, observados os seguintes fatores:

- I - assiduidade
- II - disciplina
- III - capacidade de iniciativa
- IV - produtividade
- V - responsabilidade

§ 1º - Quatro meses antes de findo o período de estágio probatório, será submetida à homologação da autoridade competente a avaliação do desempenho do servidor, realizada de acordo com o que dispuser a lei ou regulamento do sistema de carreira, sem prejuízo da continuidade de apuração dos fatos enumerados nos incisos I a V deste artigo.

§ 2º - O servidor não aprovado no estágio probatório será exonerado ou, se estável, reconduzido ao cargo anteriormente ocupado, observado o disposto no parágrafo único do art. 27.

Seção V **Da Estabilidade**

Art. 20 – O servidor habilitado em concurso publico e empossado em cargo de provimento efetivo de vagas adquirirá estabilidade no serviço publico ao completar 3 (três) anos de efetivo exercício.

Art. 21 – O servidor estável só perdera o cargo:

- I - em virtude de sentença judicial transitada em julgado;



II - mediante processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa;

III - mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma da lei complementar, assegurada ampla defesa.

Seção VI **Da Readaptação**

Art. 22 – Readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica.

§ 1º - Se julgado incapaz para o serviço público, o readaptando será aposentado.

§ 2º - A readaptação será efetivada em cargo de atribuição afins respeitada a habilitação exigida.

Seção VII **Da Reversão**

Art. 23 – Reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez quando, por junta médica oficial, forem declarados insubsistentes os motivos da aposentadoria.

Parágrafo único – Não poderá reverter o aposentado que já tiver completado os 70 (setenta) anos de idade.

Art. 24 – A reversão far-se-á no mesmo cargo ou em cargo, o servidor exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga.

Seção VIII **Da Reintegração**

Art. 25 – A reintegração é a investidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.

§ 1º - Na hipótese de o cargo ter sido extinto, o servidor ficará em disponibilidade, observado o disposto nos arts. 27 e 28.

§ 2º - Entrando-se provido o cargo, o seu eventual ocupante será reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização ou aproveitado em outro cargo, ao ainda, posto em disponibilidade.

Seção IX **Da Recondução**



Art. 26 – Recondução é o retorno ao cargo do servidor estável anteriormente ocupado e decorrerá de:

- I - inabilitação em estágio probatório a outro cargo;
- II - reintegração do anterior ocupante.

Parágrafo Único – Encontrando-se provido o cargo de origem, o servidor será aproveitado em outro, observado o disposto no art. 27.

Seção X **Da disponibilidade e do Aproveitamento**

Art. 27 – O retorno à atividade de servidor em disponibilidade far-se-á mediante aproveitamento obrigatório em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com anteriormente ocupado.

Art 28 – Será tornado sem efeito o aproveitamento e cessada a disponibilidade se o servidor não entrar em exercício no prazo legal, salvo doença comprovada por junta médica oficial.

CAPÍTULO II **DA VACÂNCIA**

Art. 29 – A vacância do cargo publico decorrerá de:

- I - exoneração
- II - demissão
- III - promoção
- IV - ascensão
- V - readaptação
- VI - aposentadoria
- VII - posse em outro cargo inacumulável
- VIII - falecimento

Art. 30 – A exoneração de cargo efetivo dar-se-á a pedido do servidor, ou de ofício.

Parágrafo Único – A exoneração de ofício dar-se-á:

- I - quando não satisfeitas as condições de estágio probatório;
- II - quando, tendo tomado posse, o servidor não entrar em exercício no prazo estabelecido.

Art. 31 – A exoneração de cargo em comissão dar-se-á:

- I - a juízo da autoridade competente
- II - a pedido do próprio servidor

CAPITULO III **DA REMOÇÃO, DA REDISTRIBUIÇÃO E DA SUBSTITUIÇÃO**



Seção I **Da Remoção**

Art. 32 – Remoção é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança da sede.

Seção II **Da Redistribuição**

Art. 33 – Redistribuição é o deslocamento do servidor, com o respectivo cargo, para quadro de pessoal de outro órgão ou entidade do mesmo poder, cujos planos de cargos e vencimentos sejam idênticos, observados sempre o interesse da administração.

§ 1º - A redistribuição dar-se-á exclusivamente para ajustamento de quadro de pessoal as necessidades dos serviços, inclusive nos casos de reorganização, extinção ou criação de órgão ou entidade.

§ 2º - Nos casos de extinção de órgão ou entidade, os servidores estáveis que não puderem ser redistribuídos, na forma deste artigo, serão colocados em disponibilidade, ate seu aproveitamento na forma do art. 27.

CAPITULO IV **DA SUBSTITUIÇÃO**

Art. 34 – Os servidores investidos em função de direção ou chefia e os ocupantes em comissão terão substituídos indicados no regimento interno ou, no caso de omissão, previamente designados pela autoridade competente.

§ 1º - O substituto assumirá automaticamente o exercício do cargo ou função de direção ou chefia nos afastamentos ou impedimentos regulamentares do titular.

§ 2º - O substituto fará jus a gratificação pelo exercício da função de direção ou chefia, paga na proporção dos dias de efetiva substituição.

TITULO III **DOS DIREITOS E VANTAGENS**

CAPITULO I **DO VENCIMENTO E DA REMUNERAÇÃO**

Art. 35 – Vencimento é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei.

Art. 36 – Remuneração é o vencimento do cargo efetivo acrescidos das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidos em lei.

§ 1º - A remuneração do servidor investido em função ou cargo em comissão será paga na forma prevista no art. 52.



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSAGEM FRANCA DO PIAUÍ
CNPJ Nº 41.522.186/0001-26 - CEP 64395-000

§ 2º - O servidor investido em cargo em comissão de órgão ou entidade diversa da de sua locação receberá a remuneração de acordo com o estabelecido no parágrafo Único do art. 76.

§ 3º - O vencimento do cargo é irredutível.

§ 4º - É assegurada a isonomia de vencimento para cargos de atribuições iguais ou assemelhados do mesmo poder, ou entre servidores dos dois poderes, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.

Art. 37 – Nenhum servidor concursado poderá receber, mensalmente, a título de remuneração, importância superior à soma dos valores percebidos como remuneração, em espécie, a qualquer título, no âmbito dos respectivos poderes, por Secretário Municipal ou membro da Câmara dos vereadores.

Parágrafo Único – Excluem-se do teto de remuneração as vantagens previstas nos incisos II a VII do art. 51.

Art. 38 – A menor remuneração atribuída aos cargos de carreira será o salário mínimo previsto na Constituição Federal.

Art. 39 – O servidor perderá:

- I - a remuneração dos dias em que faltar ao serviço;
- II - a parcela de remuneração diária, proporcional aos atrasos, ausências e saídas antecipadas, iguais ou superiores a 60 (sessenta) minutos;
- III - metade da remuneração, nas hipóteses prevista no § 2º do art. 104.

Art. 40 – Salvo sob imposição legal, ou mandato judicial, nenhum desconto incidirá sobre a remuneração ou provento.

Art. 41 – As reposições e indenizações ao erário serão descontadas em parcelas mensais não excedentes a décima parte da remuneração ou provento, em valores atualizados.

Art. 42 – O servidor em débito com o erário, que for demitido, exonerado, ou que tiver a sua aposentadoria ou disponibilidade cassada, terá o prazo de 60 (sessenta) dias para quitar o débito.

Parágrafo único – A não quitação do débito no prazo previsto implicará sua inscrição em dívida ativa.

Art. 43 – O vencimento, a remuneração e o provento não serão objetos de arresto, seqüestro ou senhora, exceto nos casos de prestação de alimentos resultantes de decisão judicial.



CAPÍTULO II **DAS VANTAGENS**

Art. 44 – Além dos vencimentos, poderão ser pagas ao servidor as seguintes vantagens;

- I - idenizações
- II - gratificações
- III - adicionais

Parágrafo Único – As idenizações, as gratificações e os adicionais não se incorporam ao vencimento ou provento para qualquer efeito.

Art. 45 – As vantagens pecuniárias não serão computadas, nem acumuladas para efeito de concessão de qualquer outros acréscimos pecuniárias anteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento.

Seção I **Das idenizações**

Art. 46 – Constituem idenizações ao servidor:

- I - diárias
- II - transporte

Art. 47 – Os valores das idenizações, assim como as condições para a sua concessão, serão estabelecidos em regulamento.

Subseção I **Das Diárias**

Art. 48 – O servidor que, a serviço, se afastar da sede em caráter eventual ou transitório, para outro ponto de território nacional, fará jus a passagem diárias, para cobrir as despesas de pousada, alimentação e locomoção.

§ 1º - A diária será concebida por dia de afastamento, sendo devido pela metade quando o deslocamento não exige per noite fora da sede.

§ 2º - Nos casos em que o deslocamento da sede constituir exigência permanente do cargo, o servidor não fará jus a diárias.

Art. 49 – O servidor que receber diárias e não se afastar da sede, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-las integralmente, no prazo de 05 (cinco) dias.

Parágrafo Único – Na hipótese de o servidor retornar á sede em prazo menor do que o previsto para o seu afastamento, restituirá as diárias recebidas em excesso, no prazo previsto no caput.



Subseção II

Da Indenização de transportes

Art. 50 – Conceder-se-à indenização de transportes ao servidor que realizar despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para execução de serviços externos, por força das atribuições próprias do cargo.

§ 1º - A indenização de que trata o presente artigo será pago nas seguintes proporções:

I – 15% (quinze por cento) do vencimento ao mês para distancias até trinta quilômetros da sede do município;

II – 30% (trinta por cento) do vencimento ao mês para distancias acima de trinta quilômetros da sede do município.

§ 2º - Para os servidores que se deslocarem para fora do município, a indenização de que trata o presente artigo será conforme dispuser o regulamento.

Seção II

Das Gratificações e Adicionais

Art. 51 – Além do vencimento e das vantagens previstas nesta lei, serão deferidos aos servidores as seguintes gratificações e adicionais:

- I - gratificação pelo exercício de função de direção, chefia e assessoramento;
- II - gratificação natalina;
- III - adicional por tempo de serviço;
- IV - adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas;
- V - adicional pela prestação extraordinário;
- VI - adicional noturno;
- VII - adicional de férias;

Subseção I

Da Gratificação pelo Exercício de Função de Direção, Chefia ou Assessoramento

Art. 52 – Ao servidor investido em função de direção, chefia ou assessoramento é devida uma gratificação pelo seu exercício.

§ 1º - Os percentuais de gratificação serão estabelecidos em lei.

§ 2º - A remuneração pelo exercício de função de direção, chefia e assessoramento não será incorporada à remuneração do servidor.



Subseção II **Da Gratificação Natalina**

Art. 53 – A gratificação natalina corresponde a 1/12 (um doze avos) da remuneração a que o servidor fizer jus no mês de dezembro, por mês de exercício no respectivo ano.

§ 1º - A fração igual ou superior a 15 (quinze) dias será considerada como mês integral.

§ 2º - A gratificação será paga até o dia 20 (vinte) do mês de dezembro de cada ano.

Art. 54 – O servidor exonerado perceberá à sua gratificação natalina proporcionalmente aos meses de exercício, calculada sobre a remuneração do mês de exoneração.

Art. 55 – A gratificação natalina não será considerada para cálculo de qualquer vantagem pecuniária.

Subseção III **Do Adicional por Tempo de Serviço**

Art. 56 – O adicional por tempo de serviço é devido a razão de 5% (cinco por cento) por quinquênio de serviço público efetivo, incidente sobre o vencimento de que trata o art. 35.

Parágrafo Único – O servidor fará jus ao adicional a partir do mês em que completar o quinquênio.

Subseção IV **Dos Adicionais de Insalubridade, Periculosidade ou Atividades Penosas**

Art. 57 – Os servidores que trabalham com habitualidade em locais insalubres ou em contato permanente com substâncias tóxicas, radioativas com risco de vida, fazem jus a um adicional sobre o salário mínimo, segundo se classifiquem nos seguintes graus:

- I – Grau Mínimo – 10%
- II – Grau Médio – 20%
- III – Grau máximo – 30%

§ 1º - O servidor que fizer jus aos adicionais de insalubridade e periculosidade deverá optar por um deles.

§ 2º - O direito ao adicional de insalubridade ou periculosidade cessa com a eliminação das condições ou dos riscos que deram causa a sua concessão.

Art. 58 – Haverá permanente controle de atividade de servidores em operações ou locais considerados penosos, insalubres ou perigosos.



Parágrafo Único – A servidora gestante ou lactante será afastada, enquanto durar a gestação e lactação, das operações e locais previstos neste artigo, exercendo suas atividades em local insalubre e em serviço não penoso e não perigoso.

Art. 59 – Na concessão dos adicionais de atividades penosas, de insalubridade e de periculosidade serão observadas as situações estabelecidas em legislação específica.

Subseção V **Do Adicional por Serviço Extraordinário**

Art. 60 – O serviço extraordinário será remunerado com acréscimo de 100% (cem por cento) em relação à hora normal de trabalho.

§ 1º - Somente será permitido serviço extraordinário para atender a situações excepcionais e temporárias, respeitado o limite máximo de 02 (duas) horas por jornada.

§ 2º - O serviço extraordinário deverá ser autorizado pela chefia imediata, devidamente justificada.

Subseção VI **Do Adicional Noturno**

Art. 61 – O servidor noturno, prestado em horário compreendido entre 22 (vinte e duas) horas de um dia e 5 (cinco) horas do dia seguinte, terá o valor hora acrescido de 30% (trinta por cento) computando-se cada hora como 52' 30" (cinquenta e dois minutos e trinta segundos).

Subseção VII **Do Adicional de Férias**

Art. 62 – Independentemente de solicitação será pago ao servidor, por ocasião das férias, um adicional correspondente a 1/3 (um terço) da remuneração do período de férias.

Parágrafo Único – No caso de o servidor exercer função ou direção, chefia ou assessoramento, ou ocupar cargo em comissão, a respectiva vantagem será considerada no cálculo do adicional de que trata este artigo.

CAPITULO III **DAS FÉRIAS**

Art. 63 – O servidor fará jus a 30 (trinta) dias consecutivos de férias que podem ser acumuladas, até o máximo de 02 (dois) períodos, no caso de necessidade de serviço, ressalvadas as hipóteses em que haja legislação específica.

§ 1º - Para o primeiro período aquisitivo de férias, serão exigidos 12 (doze) meses de exercício.

§ 2º - É vedado levar a conta de férias qualquer falta ao serviço.



§ 3º - É facultativo ao servidor converter 1/3 (um terço) das férias em abono pecuniário, desde que o requeira com pelo menos 60 (sessenta) dias de antecedência e seja de interesse público.

§ 4º - No cálculo do abono pecuniário será considerado o valor adicional de férias.

§ 5º - Os profissionais do magistério terão direito a 45 (quarenta e cinco) dias de férias.

Art. 64 – As férias somente poderão ser interrompidas por motivo de calamidade, comoção interna, convocação para júri, serviço militar ou por motivo de superior interesse público.

CAPITULO IV DAS LICENÇAS

Seção I Disposições Gerais

Art. 65 – Conceder-se-à ao servidor licença.

- I - por motivo de doença em pessoa da família;
- II - por motivo de afastamento do conjugue ou companheiro;
- III - para o serviço militar;
- IV - para atividades políticas;
- V - premio por assiduidade;
- VI - para tratar de interesses particulares;
- VII - para desempenho de mandato clássico;
- VIII - licença maternidade:
 - a) de 120 (cento e vinte dias) após o requerimento com devida comprovação.
 - b) De 1 (uma) hora por dia de aleitamento materno, até o filho completar (seis) meses de idade;
- IX - licença paternidade: de 5 dias após o requerimento com a devida comprovação do nascimento do filho.
- X - licença premio;

§ 1 – A licença prevista no inciso I será precedida de exame por médico ou junta médica oficial.

§ 2º - O servidor não poderá permanecer em licença da mesma espécie por período superior a 24 (vinte e quatro) meses, salvo nos casos do inciso II, III, IV e VII.

§ 3º - E vedado o exercício de atividade remunerada durante o período da licença previsto no inciso I deste artigo.

§ 4º - A licença concedida dentro de 60 (sessenta) dias do termino de outra da mesma espécie será considerada como prorrogação.



Seção II

Da licença por Motivo de Doença em pessoas da família

Art. 66 – Poderá ser concedida licença ao servidor por motivo de doença do conjugue ou companheiro, padrasto ou madrasta, ascendente, enteado e colateral consangüíneo ou afim ate o segundo grau civil, mediante comprovação por junta médica oficial.

§ 1º - A licença somente será definida se a assistência direta do servidor for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo.

§ 2º - A licença será concedida sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, ate 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogada por ate 60 (sessenta) dias, mediante parecer de junta medica, e, excedendo estes casos, sem remuneração.

Seção III

Da licença por motivo de afastamento do conjugue

Art. 67 – Poderá ser concedida licença ao servidor para acompanhar conjugue ou companheiro servidor publico for deslocada para outro ponto do território nacional ou para exercício de mandato eletivo dos poderes Executivo e Legislativo.

Parágrafo único – A licença será por prazo indeterminado e sem remuneração.

Seção IV

Da licença para o serviço Militar

Art. 68 – Ao servidor convocado para o serviço militar, será concedida uma licença na forma e condições previstas na legislação específica.

Parágrafo Único – Concluído o serviço militar, o servidor terá até 30(trinta) dias sem remuneração para reassumir o exercício do cargo.

Seção V

Da Licença para Atividade Política

Art. 69 – O servidor terá direito à licença sem remuneração, durante o período que mediar entre a sua escolha em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça eleitoral.

§ 1º - O servidor candidato a cargo eletivo na localidade onde desempenha suas funções e que exerça cargo de direção, chefia, assessoramento, arrecadação ou fiscalização, dele será afastado, a parti do dia imediato ao do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, até o 15º (décimo quinto) dia seguinte ao pleito.



§ 2º - A partir do registro da candidatura e até o 15º (décimo quinto) dia seguinte ao da eleição, o servidor fará jus à licença como se efetivo exercício estivesse, com remuneração de que trata o art. 36.

Seção VI

Da licença-Prêmio por Assiduidade

Art. 70 – Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor fará jus a 3 (três) meses de licença, a título de prêmio, com a remuneração do cargo efetivo.

Art. 71 – Não se concederá licença-prêmio ao servidor que, no período aquisitivo:

- I – sofrer penalidade disciplinar de suspensão;
- II – afastar-se do cargo em virtude de:
 - a) licença por motivo de doença em pessoa da família, sem remuneração;
 - b) licença para tratar de interesses particulares;
 - c) condenação a pena privativa de liberdade por sentença definitiva;
 - d) afastamento para acompanhar cônjuges ou companheiros.

Parágrafo Único – As faltas injustificadas ao serviço retardarão a concessão licença prevista neste artigo, na proporção de 1(um) mês para cada falta.

Art. 72 – O número de servidores em gozo simultâneo de licença-prêmio não poderá ser superior a 1/3 (um terço) da lotação da respectiva unidade administrativa do órgão ou entidade.

Seção VII

Da licença para Tratar de Interesses Particulares

Art. 73 – A critério da Administração, poderá ser concedido ao Servidor estável licença para o trato de assuntos particulares, pelo prazo de até 2 (dois) anos consecutivos, sem remuneração.

§ 1º - licença poderá ser interrompida, a qualquer tempo, a pedido do servidor ou no interesse do serviço.

§ 2º - Não se concederá nova licença antes de decorridos 02(dois) anos do término da anterior.

§ 3º - Não se concederá a licença a servidores nomeados, removidos, redistribuídos ou transferidos, antes de completar 02(dois) anos de exercício.

Seção VIII

Da Licença para o Desempenho de Mandato Classista

Art. 74 – É assegurado ao servidor o direito à licença para o desempenho para mandato em confederação, federação, associação de classe de âmbito nacional sindicato representativo da categoria ou entidade fiscalizadora da profissão, com a remuneração do cargo efetivo, observado o disposto no art. 81, inciso VI, alínea c.



§ 1º - Somente poderão ser licenciados servidores eleitos para cargos de direção ou representação nas referidas entidades, até o máximo de 03(três), por entidade.

§ 2º - A licença terá duração igual à do mandato, podendo ser prorrogada, no caso de reeleição, e por uma única vez.

CAPÍTULO V **DOS AFASTAMENTOS**

Art. 75 – Ao servidor investido em mandato eletivo aplicam-se as seguintes disposições:

- I – tratando-se de mandato federal ou estadual, ficará afastado do cargo;
- II – investido no mandato de prefeito, será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;
- III – investido no mandato de vereador:
 - a) havendo compatibilidade de horário, perceberá as vantagens de seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo;
 - b) não havendo compatibilidade de horário, será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.

§ 1º - No caso de afastamento do cargo, o servidor contribuirá para o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, como se em exercício estivesse.

§ 2º - O servidor investido em mandato eletivo ou classista não poderá ser removido ou redistribuído de ofício para outra localidade diversa daquela onde exerce o mandato.

Art. 76 – O Servidor Público Municipal poderá ser cedido mediante requisição para ter exercício em outro órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nas seguintes hipóteses:

- I – para exercício de cargo em comissão ou função de confiança;
- II – em casos previstos em lei específica.

Parágrafo Único – Na hipótese do inciso I deste artigo, o ônus da remuneração será do órgão ou entidade requisitante.

Art. 77 – O servidor estável poderá ausentar-se do Município para estudo, desde que autorizado pelo Prefeito Municipal.

Parágrafo Único – A ausência de que trata este artigo não excederá de 04(quatro) anos e findo o período, somente decorrido outro, será permitida nova ausência, ou licença para tratar de interesse particular.

CAPÍTULO VI **DAS CONCESSÕES**



Art. 78 – Sem qualquer prejuízo, poderá o servidor ausentar-se do serviço:

- I – por 01(um) dia, para doação de sangue;
- II – por 02(dois) dias, para se alistar como eleitor;
- III – por 08(oito) dias consecutivos em razão de falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos, enteados, menor sob guarda ou tutela e irmãos.

Art. 79 - Será concedido horário especial ao servidor estudante, quando comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e o da repartição, sem prejuízo do exercício do cargo.

Parágrafo Único – Para efeito do disposto neste artigo, será exigida a compensação de horário na repartição, respeitada a duração semanal do trabalho.

CAPÍTULO VII **DO TEMPO DE SERVIÇO**

Art. 80 – É contado para todos os efeitos o tempo de serviço público municipal.

§ 1º - A apuração do tempo de serviço será feita em dias, que serão convertidos em anos.

§ 2º - Feita a conversão, os dias restantes, até cento e oitenta e dois, não serão computados, arredondando-se para um ano quando excederem este número, para efeito de aposentadoria.

Art. 81 – Além das ausências ao serviço previstas no Art. 78, são consideradas como de efetivo exercício os afastamentos em virtude de:

- I – férias;
- II – exercício de cargo em comissão ou equivalente, em órgão ou entidade dos poderes da união, dos Estados, Municípios e distrito Federal;
- III – participação de programa de treinamento regularmente instituído;
- IV – desempenho de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, exceto para promoção por merecimento;
- V – júri e outros serviços obrigatórios por lei;
- VI – licença:
 - a) à gestante, à adotante e à paternidade;
 - b) para tratamento da própria saúde, até (dois) anos;
 - c) para desempenho de mandato classista, exceto para efeito de promoção por merecimento;
 - d) por motivo de acidente em serviço ou doença profissional;
 - e) prêmio por assiduidade;
 - f) por convocação para o serviço militar.

Art. 82 – Contar-se-á apenas para efeito de aposentadoria e disponibilidade:

- I – o tempo de serviço público prestado à União, Estados, Distrito Federal e Municípios;



II – a licença para tratamento de saúde de pessoas da família do servidor, com remuneração;

III – a licença para atividade política, no caso do art. 69 § 2º;

IV – o tempo correspondente ao desempenho de mandato eletivo, federal ou estadual ou municipal, anterior ao ingresso ao serviço público municipal;

V – o tempo de serviço em atividade privada, vinculado à Previdência Social.

§ 1º - o tempo que o servidor esteve aposentado será contado apenas para nova aposentadoria.

§ 2º - será contado em dobro o tempo de serviço prestado às Forças Armadas em operações de guerra.

§ 3º - É vedada a contagem cumulativa de tempo de serviço prestado concomitantemente em mais de um cargo ou função de órgão ou entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, Autarquias, Fundações Públicas, Sociedades de economia mistas e Empresas Públicas.

CAPÍTULO VIII

DO DIREITO DE PETIÇÃO

Art. 83 – É assegurado ao servidor o direito de requerer aos poderes públicos, em defesa de direito ou interesse legítimo.

Art. 84 – O requerimento será dirigido à autoridade competente para decidi-lo e encaminhado por intermédio daquela a que estiver imediatamente subordinado o requerente.

Art. 85 - Cabe pedido de reconsideração à autoridade que houver expedido o ato ou proferido a primeira decisão, não podendo ser renovado.

Parágrafo Único – O requerimento e pedido de reconsideração de que trata os artigos anteriores deverão ser despachados no prazo de 5(cinco) dias e decididos dentro de 30(trinta) dias.

Art. 86 – Caberá recurso:

I – do indeferimento do pedido de reconsideração;

II – das decisões sobre os recursos sucessivamente interpostos.

Parágrafo Único – O recurso será encaminhado por intermédio da autoridade a que estiver imediatamente subordinado o requerente.

Art. 87 – O prazo para interposição de pedido de reconsideração ou de recurso é de 30(trinta) dias, a contar da publicação ou da ciência, pelo interessado, da decisão recorrida.

Art. 88 – O recurso poderá ser recebido com efeito suspensivo, a juízo da autoridade competente.



Parágrafo Único – Em caso de provimento do pedido de reconsideração ou do recurso, os efeitos retroagirão à data do ato impugnado.

Art. 89 – O direito de requerer prescreve:

I – em 5(cinco) anos, quanto aos atos de demissão e de cassação de aposentadoria ou disponibilidade, ou que afetem interesse patrimonial e créditos resultantes das relações de trabalho;

II – em 120(cento e vinte) dias, nos demais casos, salvo quando outro prazo for fixado em lei.

§ 1º - O prazo de prescrição será contado da data da publicação do ato impugnado ou da data da ciência pelo interessado, quando o ato não for publicado.

§ 2º - O pedido de reconsideração e o recurso, quando cabíveis, interrompem a prescrição.

§ 3º - A prescrição é de ordem pública, não podendo ser relevada pela administração.

§ 4º - São fatais e improrrogáveis os prazos estabelecidos neste Capítulo, salvo motivo de força maior.

Art. 90 – Para o exercício do direito de petição, é assegurada vista do processo ou documento, na repartição, ao servidor ou a procurador por ele constituído.

Art. 91 – A administração deverá rever seus atos, a qualquer tempo, quando evidados de ilegalidade.

TÍTULO VI **DO REGIME DISCIPLINAR**

CAPÍTULO I **DOS DEVERES**

Art. 92 – São deveres do servidor:

I – exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo;

II – ser leal às instituições a que servir;

III – observar as normas legais e regulamentares;

IV – cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;

V – atender com presteza:

a) ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo;

b) à expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimentos de situações de interesse pessoal;

c) às requisições para defesa da Fazenda Pública.

VI – levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo;



- VII – zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público;
- VIII – guardar sigilo sobre assunto da repartição;
- IX – manter conduta compatível com a moralidade administrativa;
- X – ser assíduo e pontual ao serviço;
- XI – tratar com urbanidade as pessoas;
- XII – representar contra a ilegalidade, omissão ou abuso de poder.

Parágrafo Único – A representação de que trata o inciso XII será encaminhada pela via hierárquica e apreciada pela autoridade superior àquela contra a qual é formulada, assegurando-se ao representando ampla defesa.

CAPÍTULO II **DAS PROIBIÇÕES**

Art. 93 – Ao servidor é proibido:

- I – ausentar-se ao serviço durante expediente, sem prévia autorização do chefe imediato;
- II – retirar-se, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;
- III – recusar fé a documentos públicos;
- IV – opor resistência injustificada ao andamento de documentos e processo ou execução de serviço;
- V – promover manifestação de apreço ou desapeço no recinto da repartição;
- VI – cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado;
- VII – coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiarem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político;
- VIII – manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil;
- IX – valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;
- X – participar de gerência ou administração de empresa privada de sociedade civil, ou exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, consista ou comanditário;
- XI – atuar, como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau, e de cônjuge ou companheiro;
- XII – receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;
- XIII – aceitar comissão, emprego ou pensão de estado estrangeiro;
- XIV – praticar usura sob qualquer de suas formas;
- XV – proceder de forma desidiosa;
- XVI – utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares;
- XVII – cometer a outro servidor atribuições estranhas ao cargo que ocupa, exceto em situações de emergência e transitórias;
- XVIII – exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho.



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSAGEM FRANCA DO PIAUÍ
CNPJ Nº 41.522.186/0001-26 - CEP 64395-000

Art. 94 - Ressalvados os cargos previstos na Constituição, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos.

§ 1º - A proibição de acumular estende-se a cargos, empregos e funções em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista da

União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e dos municípios.

§ 2º - A acumulação de cargos, ainda que lícita, fica condicionada à comprovação da compatibilidade de horário.

Art. 95 – O servidor não poderá exercer mais de um cargo em comissão, nem ser remunerado pela participação em órgão de deliberação coletiva.

Art. 96 – O servidor vinculado ao regime desta lei, que acumular lícitamente 2(dois) cargos efetivos, quando investidos em cargos de provimento em comissão, ficará afastado de ambos os cargos efetivos.

CAPÍTULO IV **DAS RESPONSABILIDADES**

Art. 97 - O servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.

Parágrafo Único – As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.

Art. 98 – A responsabilidade civil decorre de ato omissivo ou comissivo doloso ou culposo que resulte em prejuízo ou erário ou terceiros.

§ 1º - A indenização de prejuízos dolosamente causados ao erário somente será liquidada na forma prevista no art. 41, na falta de outros bens que assegure a execução do débito pela via judicial.

§ 2º - Tratando-se de dano causado a terceiros, responderá o servidor perante a Fazenda Pública, em ação regressiva.

§ 3º - A obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores e contra eles será executada, até o limite do valor da herança recebida.

Art. 99 - A responsabilidade civil-administrativa resulta de ato omissivo ou comissivo praticado no desempenho do cargo ou função.

Art. 100 - A responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.



CAPÍTULO V
DAS PENALIDADES

Art. 101 – São penalidades disciplinares:

- I – advertência;
- II – suspensão;

- III – demissão;
- IV – cassação de aposentadoria ou disponibilidade;
- V – destituição de cargo em comissão.

Art. 102 – Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias ou atenuantes e os antecedentes funcionais.

Art. 103 – A advertência será aplicada por escrito, nos casos de violação ou de proibição constante do art. 93, incisos I a VIII e de inobservância de dever funcional previsto em lei, regulamentação ou norma interna que não justifique imposição de penalidades mais grave.

Art. 104 - A suspensão será aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência e violação das demais proibições que tipifiquem infração sujeita a penalidade de demissão, não podendo exceder 90(noventa) dias.

§1º - Será punido com suspensão de até (quinze) dias o servidor que injustificadamente, recusar-se a ser submetido a inspeção médica determinada pela autoridade competente, cessando os efeitos da penalidade uma vez cumprida a determinação.

§2º - Quando houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de vencimento ou remuneração, ficando o servidor obrigado a permanecer em serviço.

Art. 105 - As penalidades de advertência de suspensão terão seus registros cancelados, após o decurso de 3 (três) e 5 (cinco) anos de efetivos exercício, respectivamente, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

Parágrafo Único - O cancelamento da penalidade não surtirá efeitos retroativos.

Art. 106 – A demissão será aplicada nos seguintes casos:

- I – crime contra a administração;
- II – abandono do cargo;
- III – inassiduidade habitual;
- IV – improbidade administrativa;
- V – incontinência pública e conduta escandalosa na repartição;
- VI – insubordinação grave em serviço;



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSAGEM FRANCA DO PIAUÍ
CNPJ Nº 41.522.186/0001-26 - CEP 64395-000

VII – ofensa física, em serviço, a serviço ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;

VIII – aplicação irregular de dinheiro público;

IX – revelação do segredo do qual se apropriou em razão do cargo;

X – lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio municipal;

XI – corrupção;

XII – acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;

XIII – transgressão dos incisos XI a XVI do art. 93.

Art. 107 – Verificada em processo disciplinar acumulação proibida e provada a boa-fé, o servidor optará por um dos cargos.

§1º - Provada a má-fé, perderá também o cargo que exercia há mais tempo e restituirá o que tiver percebido indevidamente.

§2º - Na hipótese do parágrafo anterior, sendo um dos cargos, empregos ou função exercido em outro órgão ou entidade, a demissão lhe será comunicada.

Art. 108 – Será cassada a aposentadoria ou disponibilidade do inativo que houver praticado, na atividade, falta punível com a demissão.

Art. 109 – A destituição de cargo em comissão ou de função comissionada exercido por não ocupante de cargo efetivo será aplicada nos casos de infração sujeita às penalidades de suspensão e de demissão.

Parágrafo Único – Constatada a hipótese de que trata este artigo, a exoneração efetuada nos termos do art. 31 será convertida em destituição de cargo em comissão.

Art. 110 – A demissão ou destituição de cargo em comissão, nos casos dos incisos IV, VII, X, e XI do art. 106, implica a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, sem prejuízo da ação penal cabível.

Art. 111 – A demissão, ou destituição de cargo em comissão por infringência do art. 39, incisos IX e XI incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público municipal pelo prazo de 5 (cinco) anos.

Parágrafo Único – Não poderá retomar ao serviço público municipal o servidor que for demitido ou destituído do cargo em comissão por infringência do art. 106, I, IV, VIII, X e XI.

Art. 112 - Configura abandono de cargo ausência intencional do servidor do serviço por mais de 30(trinta) dias consecutivos.

Art. 113 – Entende-se por inassiduidade habitual a falta ao serviço, sem causa justificada, por 60 (sessenta) dias, interpoladamente, durante o período de 12 (doze) meses.

Art. 114 – O ato de imposição da penalidade mencionará sempre o fundamento legal e a causa da sanção disciplinar.



Art. 115 - As penalidades disciplinares serão aplicadas:

I – Pelo Prefeito e pelo presidente da Câmara Municipal, quando se tratar de demissão e cassação de aposentadoria ou disponibilidade de servidor vinculado ao respectivo poder, órgão ou entidade;

II – pelas autoridades administrativas de hierarquia imediatamente inferior àquelas mencionadas no inciso anterior quando se tratar de suspensão superior a 30(trinta) dias;

III – pelo chefe da repartição e outras autoridades na forma dos respectivos regimentos ou regulamentos, nos casos de advertência ou suspensão de até 30 (trinta) dias;

IV – pela autoridade que houver feito a nomeação, quando se tratar de destituição de cargo em comissão.

Art. 116 - A ação disciplinar prescreverá:

I – em 5 (cinco) anos, quanto às infrações puníveis com demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destituição de cargo em comissão;

II – em 2 (dois) anos, quanto à suspensão;

III – em 180 (cento e oitenta) dias, quanto à advertência.

§1º - O prazo de prescrição começa a correr da data em que o fato se tornou conhecido.

§2º - Os prazos de prescrição previstos em lei penal aplicam-se às infrações disciplinares capitulados também como crime.

§3º - A abertura de sindicância ou instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição, até a decisão final proferida por autoridade competente.

§4º - Interrompido o curso da prescrição, o prazo começará a correr a partir do dia em que cassar a interrupção.

TÍTULO V

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 117 – A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurado ao acusado ampla defesa.

Art. 118 – As denúncias sobre irregularidade serão objeto de apuração, desde que contenha a identificação e o endereço do denunciante e sejam formuladas por escrito, confirmada a autenticidade.

Parágrafo Único – Quando o fato narrado não configurar evidente infração disciplinar ou ilícito penal, a denúncia será arquivada, por falta de objeto.



Art. 119 – Da sindicância poderá resultar:
I – arquivamento do processo;
II – aplicação de penalidade de advertência ou suspensão de até 30 (trinta) dias;
III – instauração de processo disciplinar.

Parágrafo Único - O prazo para conclusão da sindicância não excederá 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da autoridade superior.

Art. 120 – Sempre que o ilícito praticado pelo servidor ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de 30 (trinta) dias, de demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, destituição do cargo em comissão, será obrigatória a instauração de processo disciplinar.

CAPÍTULO II **DO AFASTAMENTO PREVENTIVO**

Art. 121 – Como medida cautelar e a fim de que o servidor não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá determinar o seu afastamento do exercício do cargo, pelo prazo de até 60(sessenta) dias, sem prejuízo da remuneração.

Parágrafo Único – O afastamento poderá ser prorrogado por igual prazo, findo o qual cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o processo.

CAPÍTULO III **DO PROCESSO DISCIPLINAR**

Art. 122 – O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido.

Art. 123 – O processo disciplinar será conduzido por comissão composta de 03 (três) servidores estáveis designados pela autoridade competente que indicará, dentre eles, o seu presidente.

§1º - A comissão terá como secretário servidor designado pelo seu presidente, podendo a indicação recair em um de seus membros.

§2º - Não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito, cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim pessoas, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.

Art. 124 – A comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da administração.



Art. 125 – O processo disciplinar se desenvolve nas seguintes fases:

- I – instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão;
- II – inquérito administrativo, que compreende instrução, defesa e relatório;
- III – julgamento.

Art. 126 - O prazo para a conclusão do processo disciplinar não excederá 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

§1º - Sempre que necessário, a comissão dedicará tempo integral aos seus trabalhos, ficando seus membros dispensados do ponto, até a entrega do relatório final.

§2º - As reuniões da comissão serão registradas em atas que deverão detalhar as deliberações adotadas.

Seção I **Do Inquérito**

Art. 127– O inquérito administrativo obedecerá ao princípio do contraditório, assegurada ao acusado ampla defesa, com, a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.

Art. 128 – Os autos da sindicância integrarão o processo disciplinar, como peça informativa de instrução.

Parágrafo Único - Na hipótese de o relatório da sindicância concluir que a infração está capitulada como ilícito penal, a autoridade competente encaminhará cópia dos autos ao Ministério Público independente da imediata instauração do processo disciplinar.

Art. 129 – Na fase do inquérito, a comissão promoverá a tomada de depoimentos, acareações e diligências cabíveis, objetivando a coleta de prova, recorrendo, quando necessário, a técnicas e peritos, de modo a permitir a completa elucidação dos fatos.

Art. 130 – É assegurado ao servidor o direito de acompanhar o processo pessoalmente ou por intermédio de procurador, arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial.

§1º - O presidente da comissão poderá denegar pedidos considerados impertinentes, meramente protelatórios, ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos.

§2º - Será indeferido o pedido de prova pericial, quando a comprovação do fato depender de conhecimento especial do perito.

Art. 131 – As testemunhas serão intimadas a depor mediante mandato expedido pelo Presidente da Comissão, devendo a segunda via, com o ciente do interessado, ser anexada aos autos.



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSAGEM FRANCA DO PIAUÍ
CNPJ Nº 41.522.186/0001-26 - CEP 64395-000

Parágrafo Único – Se a testemunha for servidor público, a expedição do mandato será imediatamente comunicada ao chefe da repartição onde serve, com a indicação do dia e hora marcada para inquirição.

Art. 132 – O depoimento será prestado oralmente e realizado a termo não sendo lícito à testemunha trazê-lo por escrito.

§1º - As testemunhas serão inquiridas separadamente.

§2º - Na hipótese de depoimentos contraditórios ou que se infirmem, proceder-se-à acareação onde entre os depoentes.

Art. 133 – Concluída a inquirição das testemunhas, a comissão promoverá o interrogatório do acusado, observados os procedimentos previstos nos arts. 131 e 132.

§1º - No caso de mais um acusado, cada um deles será ouvido separadamente, e sempre que divergirem em suas declarações sobre fatos ou circunstâncias, será promovido a acareação entre eles.

§2º - O procurador do acusado poderá assistir o interrogatório, bem como à inquirição das testemunhas, sendo-lhe vedado interferir nas perguntas e respostas, facultando-lhe, porém, reinquiri-las, por intermédio do presidente da comissão.

Art. 134 – Quando houver dúvida sobre a sanidade mental do acusado, a comissão proporá à autoridade competente que ele seja submetido a exame ou junta médica oficial, da qual participe pelo menos um médico psiquiatra.

Parágrafo Único – O incidente de sanidade mental será processado em auto apartado e apenso ao processo principal, após a expedição do aludo pericial.

Art. 135 – Tipificada a infração disciplinar, será formulada a indicação do servidor, com a especificação dos fatos a ele imputados e das respectivas provas.

§1º - O indicado será citado por mandato expedido pelo presidente da comissão para apresentar defesa escrita no prazo de 10(dez) dias, assegurando-lhe vista do processo na repartição.

§2º - havendo dois ou mais indicados, o prazo será comum e de 20(vinte) dias.

§3º - O prazo de defesa poderá ser prorrogado pelo dobro, para diligências reputadas indispensáveis.

§4º - No caso de recusa do indicado em por o ciente na cópia da citação, o prazo para defesa contar-se-à da data declarada, em termo próprio, pelo membro da comissão que faz a citação, com a assinatura de 02(duas) testemunhas.

Art. 136 – O indicado que mudar de residência fica obrigado a comunicar á comissão o lugar onde poderá ser encontrado.



Art. 137 – Achando-se o indicado em lugar incerto e não sabido, será citado por edital, publicado no Diário Oficial do Estado e fixado nas sedes da Prefeitura e da Câmara Municipal para apresentar defesa.

Parágrafo Único – Na hipótese deste artigo, o prazo para defesa será de 15(quinze)dias a partir da última publicação do edital.

Art. 138 – Considerar-se-á revel o indicado que, regularmente citado, não apresentar defesa no prazo legal.

§1º - A revelia será declarada, por tempo, nos autos do processo e devolverá o prazo para a defesa.

§2º - Para defender o indicado revel, a autoridade instauradora do processo designará um servidor como defensor dativo, ocupante de cargo de nível igual ou superior ao do indicado.

Art. 139 – Apreciada a defesa, a comissão elaborará relatório minucioso onde resumirá as peças principais dos autos e mencionará as provas em que se baseou para formar a sua convicção.

§1º - O relatório será sempre conclusivo quanto a inocência ou à responsabilidade do servidor.

§2º - Reconhecida a responsabilidade do servidor, a comissão indicará o dispositivo legal ou regulamentar transgredido, bem como as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

Art. 140 – O processo disciplinar, com o relatório da comissão, será remetido à autoridade que determinou a sua instauração, para julgamento.

Seção II **Do Julgamento**

Art. 141 – No prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão.

§1º - Se a penalidade a ser aplicada exercer a alçada da autoridade instauradora do processo, este será encaminhado à autoridade competente, que decidirá em igual prazo.

§2º - Havendo mais de um indicado e diversidade de sanções, o julgamento caberá à autoridade competente para a imposição da pena grave.

§3º - Se a penalidade prevista for a demissão ou a cassação de aposentadoria ou disponibilidade, o julgamento caberá às autoridades de que trata o inciso I do art. 115.

Art. 142 – O julgamento acatará o relatório da comissão, salvo quando contrário às provas dos autos.



Parágrafo Único – Quando o relatório da comissão contrariar as provas dos autos, a autoridade julgadora poderá, motivadamente, agravar a penalidade proposta, abrandá-la ou isentar o servidor de responsabilidade.

Art. 143 – Verificada a existência de vício insanável, a autoridade julgadora declarará a nulidade total ou parcial do processo e ordenará a constituição de outra comissão, para instauração de novo processo.

§1º - O julgamento fora do prazo legal não implica nulidade do processo.

§2º - A autoridade julgadora que der causa à prescrição de que trata o art. 116, **§2º**, será responsabilizada na forma do Capítulo IV do Título IV.

Art. 144 – Extinta a punibilidade pela prescrição, a autoridade julgadora determinará o registro do fato nos assentamentos individuais do servidor.

Art. 145 – Quando a infração estiver capitulada como crime, o processo disciplinar será remetido ao ministério Público para instauração da ação penal, ficando trasladado na repartição.

Art. 146 – O servidor que responder a processo disciplinar só poderá ser exonerado a pedido, ou aposentado voluntariamente, após a conclusão do processo e o cumprimento da penalidade, acaso aplicada.

Parágrafo Único – Ocorrido a exoneração de que trata o parágrafo Único, inciso I do art. 31, o ato será convertido em demissão, se for o caso.

Art. 147 – Serão assegurados transporte e diária:

I – ao servidor convocado para prestar depoimento fora da sede de sua repartição, na condição de testemunha, denunciado ou indiciado;

II – aos membros da comissão e ao secretário, quando obrigados a se deslocarem da sede dos trabalhos para a realização de missão essencial ao esclarecimento dos fatos.

Seção III **Da revisão do Processo**

Art. 148 – O processo disciplinar poderá ser revisto, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando se aduzirem fatos novos ou circunstanciais suscetíveis de justificar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada.

§1º - Em caso de falecimento, ausência ou desaparecimento do servidor, qualquer pessoa da família poderá requerer a revisão do processo.

§2º - No caso de incapacidade mental do servidor, a revisão será requerida pelo respectivo curador.



Art. 149 – No processo revisional, o ônus da prova cabe ao requerente.

Art. 150 - A simples alegação da penalidade não constitui fundamento para a revisão, que requer elementos novos, ainda não apreciados no processo originário.

Art. 151 – O requerimento de revisão do processo será dirigido ao Prefeito ou ao Presidente da Câmara Municipal que, se autorizar a revisão, encaminhará o pedido ao dirigente do órgão ou entidade onde se originou o processo disciplinar.

§1º - Deferida a petição, a autoridade competente providenciará a constituição de comissão.

§2º - A revisão correrá em apenso ao processo originário.

§3º - Aplicam-se aos trabalhadores da comissão revisora, no que couber, as normas e procedimentos previstos na seção I e II deste capítulo, do processo disciplinar.

§4º - O julgamento caberá à autoridade que consta no inciso I do art. 115.

Art. 152 – Julgada procedente a revisão, será declarada sem efeito a penalidade aplicada, restabelecendo-se todos os direitos do servidor, exceto em relação à destituição de cargo em comissão, que será convertida em exoneração.

Parágrafo Único – Da revisão do processo não poderá resultar agravamento da penalidade.

TÍTULO VI

CAPÍTULO ÚNICO

DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

Art. 153 – Para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, poderão ser efetuados contratações de pessoal por tempo determinado, mediante contrato de locação se serviço.

Art. 154 – Consideram-se como de necessidade temporária de interesse público, as contratações que visem a:

- I – combater surtos epidêmicos;
- II – fazer recenseamento;
- III – atender a situações de calamidade pública;
- IV – substituir ou admitir professor, inclusive estrangeiro;
- V – permitir a execução de serviço por profissional de notória especialização;
- VI – atender temporariamente, a serviço de limpeza urbana, diante de perigo de ameaça à saúde pública;
- VII – atender, temporariamente, a frentes de serviços, em virtude de seca ou inundação ocorrida no município;
- VIII – atender a outras situações de urgência que vierem a ser definidas em lei.



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSAGEM FRANCA DO PIAUÍ
CNPJ Nº 41.522.186/0001-26 - CEP 64395-000

§1º - As contratações de que trata este artigo terão dotação específica e obedecerão aos seguintes prazos:

- I – nas hipóteses dos incisos I, III, e VII, 6(seis) meses;
- II – nas hipóteses dos incisos II, VI, e VIII 12 (doze) meses;
- III – nas hipóteses dos incisos IV, e V, até 24(vinte e quatro) meses.

§2º - Os prazos de que trata o parágrafo anterior são prorrogáveis por igual período.

§3º - O recrutamento será feito mediante processo seletivo simplificado, sujeito a ampla divulgação em jornal de grande circulação, exceto nas hipóteses dos incisos III e VII.

Art. 155 – É vedado o desvio de função de pessoa contratada na forma deste título, bem como sua recontração, sob pena de nulidade do contrato e responsabilidade administrativa e civil da autoridade contratante.

Art. 156 – Nas contratações por tempo determinado, serão observados os padrões de vencimento dos planos de carreira do órgão ou entidade contratante, exceto na hipótese do inciso V do art. 154, quando serão observados os valores do mercado de trabalho.

TÍTULO VII

CAPÍTULO ÚNICO **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIA**

Art. 157 – Os prazos previstos nesta lei serão contratos em dias corridos, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento, ficando prorrogado, para o primeiro dia útil seguinte, o prazo vencido em dia que não haja expediente.

Art. 158 – Ao servidor público civil é assegurado, os termos da Constituição Federal, o direito à livre associação sindical.

Art. 159 – Ficam submetidos ao jurídico instituído por esta Lei na qualidade de servidores públicos municipais, os empregados celetistas dos Poderes do Município de Passagem Franca do Piauí, obedecido o dispositivo do art. 19 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias.

Parágrafo Único – Os empregos ocupados por servidores incluídos no regime instituído por esta lei ficam transformados em cargos, na data de sua publicação.

Art. 160 – No prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação da presente Lei, o Poder executivo enviará à Câmara Municipal, Projeto de Lei que trata do Plano de Carreira.



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSAGEM FRANCA DO PIAUÍ
CNPJ Nº 41.522.186/0001-26 - CEP 64395-000

Art. 161 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 162 – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Passagem Franca do Piauí, 08 de julho de 2008.

DOMINGOS FARIAS DOS SANTOS
Prefeito Municipal



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSAGEM FRANCA DO PIAUÍ
CNPJ Nº 41.522.186/0001-26 - CEP 64395-000

FOLHA DE INFORMAÇÃO E DESPACHO

Após ser submetido à votação e aprovado pela Câmara Municipal de Passagem Franca do Piauí, o Projeto de Lei Nº 04/2008 de 26 de abril de 2008, que Dispõe sobre o Estatuto e Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Passagem Franca do Piauí, Estado do Piauí, e dá outras providências.

Sanciono e promulgo a presente Lei Nº 68/2008, em 08 de julho de 2008.

Registre-se, Publique-se, e cumpra – se .

DOMINGOS FARIAS DOS SANTOS
Prefeito Municipal



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSAGEM FRANCA DO PIAUÍ
CNPJ N° 41.522.186/0001-26 - CEP 64395-000

MUNICIPIOS
Ano VI - Teresina (PI) - Segunda-Feira, 14 de Julho de 2008 - Edição MC | 03



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSAGEM FRANCA DO PIAUÍ
Av. Costa e Silva, 416, Centro - CEP 64395-000
CNPJ: 41.522.186/0001-26

LEI N° 68/2008

de 08 de julho de 2008

DISPÕE SOBRE O ESTATUTO E REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PASSAGEM FRANCA DO PIAUÍ, ESTADO DO PIAUÍ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O LEGISLATIVO MUNICIPAL DE PASSAGEM FRANCA DO PIAUÍ - ESTADO DO PIAUÍ, por meio de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal

CAPÍTULO IV DO ESTATUTO PRELIMINARES

Art. 1º - O Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais de Passagem Franca do Piauí é regido pela Lei e o Estatutário.

Art. 2º - O Regime Jurídico dos servidores públicos municipais, será o Regime Jurídico Único, instituído pelo Governo Federal, cujas contribuições e encargos sociais serão recolhidos ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

Art. 3º - Para os efeitos desta Lei Complementar, funcionário é a pessoa que presta serviço em caráter permanente no quadro de pessoal do Serviço Público Municipal.

Art. 4º - O cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser exercidas a um servidor dentro da estrutura da administração direta, dos autarquias e das fundações públicas municipais.

Art. 5º - Os cargos públicos, acessíveis a todos os brasileiros, são criados por lei, com definição de prazo e vencimento pago pelos cofres públicos, para provimento em caráter efetivo ou em comissão.

Art. 6º - Os cargos de provimento efetivo da Administração pública municipal direta, autarquias e fundacional são organizadas em carreiras, conforme Legislação Municipal.

Parágrafo Único - As carreiras serão organizadas em classe de cargos observados a escolaridade e a qualificação profissional exigidas, bem como a natureza e complexidade das atribuições a serem exercidas por seus ocupantes.

Art. 7º - É proibida a prestação de serviços gratuitos, salvo os casos previstos em lei.

Av. Costa e Silva, 416 - Centro - Passagem Franca do Piauí-PI, Fone(86)3283-1191



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSAGEM FRANCA DO PIAUÍ
Av. Costa e Silva, 416, Centro - CEP 64395-000
CNPJ: 41.522.186/0001-26

FOLHA DE INFORMAÇÃO E DESPACHO

Após ser submetido à votação e aprovado pela Câmara Municipal de Passagem Franca do Piauí, o Projeto de Lei N° 04/2008 de 26 de abril de 2008, que Dispõe sobre o Estatuto e Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Passagem Franca do Piauí, Estado do Piauí, e dá outras providências.

Antônio e promulgo a presente Lei N° 68/2008, em 08 de julho de 2008.

Registre-se, Publique-se, e cumpra-se.

DOMINGOS FARIAS DOS SANTOS
Prefeito Municipal



Comissão Permanente de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO

Carta Convite n.º 036/2008 - Processo Administrativo n.º 037/2008

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIDADE DO PIAUÍ.

MOTIVO DE NOVA PUBLICAÇÃO C/ MESMO OBJETO: LICITAÇÃO CANCELADA N.º 035/08, SEM VENCEDOR.

MODALIDADE: CARTA CONVITE n.º 036/2008 (art. 22 da Lei 8.666/93).

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL (art. 45, parágrafo 1º, inciso I, da Lei 8.666/93).

PARTICIPAÇÃO: Poderão participar da Licitação os convidados e os interessados não convidados que manifestarem o interesse de participar do certame em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data e hora previstas para o recebimento dos envelopes.

ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES: 09 de julho de 2008, às 10h00min, quando será iniciada a Sessão Pública, conforme regras contidas no Edital de Licitação.

LOCAL DE ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES: Prefeitura Municipal de Caridade do Piauí, Rua José Antônio Lopes, n.º 127, sala da CPL, Centro, Caridade do Piauí - Piauí.

EDITAL COMPLETO: O Edital encontra-se à disposição dos interessados no informativo do TCE (www.tce.pi.gov.br) e na Sala da Comissão Permanente de Licitação - CPL, em Caridade do Piauí, localizada na Rua José Antônio Lopes, n.º 127, Centro, no horário de 07:30 h às 12h e de 13:30 h às 17h, telefones (89) 3464-0015 e Fax: (89) 3464-0001.

CARIDADE DO PIAUÍ, 09 de julho de 2008.

CIRA DE CARVALHO MORAIS
Presidente da CPL
Port. N.º 02/2008



Comissão Permanente de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO

Carta Convite n.º 037/2008 - Processo Administrativo n.º 038/2008

OBJETO: Aquisição de serviços de fotocópias para atender as secretarias administradas pela Prefeitura deste município de Caridade do Piauí, neste ano de 2008.

MODALIDADE: CONVITE n.º 037/2008 - 09h00min (art. 22 da Lei 8.666/93).

TIPO: MENOR PREÇO (art. 45, parágrafo 1º, inciso I, da Lei 8.666/93).

PARTICIPAÇÃO: Poderão participar da Licitação os convocados e os interessados não convidados que manifestarem o interesse de participar do certame em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data e hora prevista para o recebimento dos envelopes.

ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES: 15 de julho de 2008, às 09:00 h, quando será iniciada a Sessão Pública, conforme regras contidas no Edital de Licitação.

LOCAL DE ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES: Prefeitura Municipal de Caridade do Piauí, Rua José Antônio Lopes, n.º 127, sala da CPL, Centro, Caridade do Piauí/PI.

EDITAL COMPLETO: O Edital encontra-se à disposição dos interessados no informativo do TCE (www.tce.pi.gov.br) e na Sala da Comissão Permanente de Licitação - CPL, em Caridade do Piauí, localizada na Rua José Antônio Lopes, n.º 127, Centro, no horário de 07:30 h às 12h e de 13:30 h às 17h, telefones (89) 3464-0015 e Fax: (89) 3464-0001.

CARIDADE DO PIAUÍ, 09 de julho de 2008.

CIRA DE CARVALHO MORAIS
Presidente da CPL
Port. N.º 02/2008